

3CCHLADSSMT01**A “QUESTÃO SOCIAL” E UMA INTRODUÇÃO À CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL**Wécio Pinheiro Araújo⁽¹⁾, Maria de Fátima Melo do Nascimento⁽³⁾

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Departamento de Serviço Social/MONITORIA

RESUMO

O artigo trata dos desdobramentos históricos que no Serviço Social o levaram a determinar a “questão social” como seu objeto enquanto profissão que emerge e se desenvolve no seio da divisão sócio-técnica do trabalho, dentro das relações sociais da organização social capitalista brasileira. Discutimos introdutoriamente, baseados nos construtos da própria formação acadêmica, incluindo nosso projeto de monitoria na disciplina de “Questão Social” (pesquisa bibliográfica), a crítica ao suposto enfrentamento de expressões diretamente estruturais do sistema sociometabólico do capital pela profissão. Em suma, demonstramos a necessidade de auto-crítica no Serviço Social para se reconhecer histórico e politicamente como profissão, visando a construção de uma proposta investigativa eminentemente marxológica de bases dialética e histórica produzindo conhecimento para uma forma de intervenção alternativa, pautada nos direitos sociais, e a partir de um sujeito histórico consciente do seu lugar ocupado nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, superando o crônico divórcio entre teoria e prática nas suas formas de ler e intervir na realidade social.

Palavras-chave: questão social, serviço social, crítica.**Um equívoco chamado “marxismo”**

A questão da aproximação de Marx no Serviço Social a partir do conhecido Movimento de Reconceituação, ao que me parece, ainda padece significativamente da ausência do próprio Marx, no sentido de desmistificar sua leitura e tentar erguer construtos profícuos para avançar na compreensão dessa obra da qual se pode falar incrivelmente para identificação de alguns ou desagrado de outros durante cinco minutos, cinco horas ou cinqüenta anos — como diria Raymond Aron, autor de *O Marxismo de Marx*. Tal desgraça intelectual, historicamente vem acometendo muito do que se nomeia marxismo, no corpo teórico das ciências sociais, e inclusive no corpo teórico-metodológico do Serviço Social. Sendo assim, qualquer disciplina dentro do nosso currículo acadêmico que pretende apreender o que se denomina de vertentes marxistas ou mesmo a própria produção caracterizada como marxiana, tem o desafio de trazer à tona de suas ementas e salas de aulas, “a presença” do próprio Marx, que esteve ausente no que Marilda Iamamoto certa vez chamou de “aproximação de um marxismo sem Marx” efetuado sumariamente pelo Serviço Social em suas bases históricas e teórico-metodológicas. O grande equívoco não está em Marx, ao contrário, há uma célebre construção científica na sua obra e que permanece válida; o equívoco é crônico e atende por esse movimento pseudocientífico, meramente ídeo-político, conhecido pela alcunha que nem o próprio Marx suportava: o “marxismo”, e seus adeptos.

¹⁾ Bolsista, ⁽²⁾ Voluntário/colaborador, ⁽³⁾ Orientador/Coordenador ⁽⁴⁾ Prof. colaborador, ⁽⁵⁾ Técnico colaborador.

A tarefa que nos é colocada desde a formação acadêmica contemporânea, de criticar a organização social capitalista, sobretudo tomando como objeto a denominada e controversa “questão social” — que não raro prescinde de compreensão entre acadêmicos do Serviço Social quando esta é aceita dogmaticamente como “o objeto da nossa profissão”. E se tratando da exata disciplina que vem discutir um suposto enfrentamento da “questão social”, ao que me parece requer bases científicas mais aprofundadas, dado que as disposições políticas são bastante claras ao olhar sem intermédios dos messianismos, idealismos políticos ou utopias: para o olhar científico — e esse não é apolítico — as evidências afloram para corroborar a prática teoricamente sistematizada no real; ao contrário, ao olhar puramente ídeo-político, o desejo de fazer ocorre como uma paixão que cerceia a medida racional em ver os fatos e os objetos tal como se apresentam conectados nas relações que permeiam o processo sociometabólico da vida humana; a realidade é romanceada por esperanças e ideologias, e não raro os “ex-militantes” vagueiam nos corredores da burocracia entre o comodismo e a apatia que permeiam a nossa profissão. Dois pontos me parecem intrigantes, a saber: considerando que temos um corpo discente oriundo dos mais diversos extratos sociais (e culturais) da sociedade — na maioria, fragilizados — diante de uma disciplina central para a formação acadêmico-profissional e sem dispor de requisitos mínimos como qualquer base filosófica introdutória que seja, ou mesmo tempo necessário para debruçar-se nas leituras e discussões requeridas; por outro lado, o corpo docente tem seu período de curso cada vez mais afunilado por problemas de ordem institucional da academia, na contramão de um catatau de referências bibliográficas imprescindíveis juntamente com um conteúdo prolixo e complexo. Numa palavra, os professores ficam imprensados entre um programa quimérico e um alunado despreparado. Dessa forma, a complexidade, já inerente ao programa, cresce diante dos alunos que não estão previamente preparados como deveriam; e na recíproca, a capacidade real de atendimento do professor estando afetada, diminui. Tudo isso implica em enormes dificuldades como o distanciamento aterrador entre o interesse do graduando — que só brotaria da própria tomada de consciência em relação à necessidade de uma base teórica crítica para sua formação e futura atuação profissional —, e os objetivos acadêmicos de apreender um conteúdo que soçobra nas ementas como um triste epitáfio da morte intelectual da universidade moderna.

Esse mesmo distanciamento, como pude observar, dentro e fora da sala de aula geram conflitos e angústias que geralmente — é fácil ouvir dos alunos até pelos corredores —, são atribuídos muito mais a causas externas como a monotonia nas aulas, etc., do que a relação dos aspectos concretos que atingem essa realidade. E quando falam em causas internas, majoritariamente apresentam as ocupações ordinárias do dia-a-dia que consomem seu tempo e disposições física e mental.

Tratamos disto, porque é exatamente nos construtos “marxistas” que o Serviço Social descobre a “questão social”. É na crítica marxiana e toda produção ligada à mesma, onde podemos extrair bases para afirmar e compreender o que chamamos de “questão social”.

Portanto, é nela também que descobrimos, mediante atenciosa investigação do real — sobretudo de posse das bases do método encontrado em Marx —, a ingenuidade metodológica, que parece mais uma paixão política, de querer enfrentar a “questão social” com o Serviço Social e suas práticas. Indagamo-nos: o que pode realmente fazer o Serviço Social? E mais: o que devemos fazer? Entre o dever e o poder estão as relações sociais — e somos parte delas —, suas singularidades e contradições; isso envolve problemas políticos, sociais e econômicos; envolve também a estrutura social do modo de produção em vigor; e depende da nossa mediação: um desafio quimérico está posto.

Um suposto enfrentamento da “questão social”

A noção de práxis pressupõe a reabilitação do sensível, (...) do prático-sensível. O sensível, (...) é o fundamento de todo conhecimento, porque é o fundamento do ser. Não apenas é rico de significação, como também é ação. O mundo humano foi criado pelos homens, no curso de sua história, a partir de uma natureza original que não se dá a nós senão transformada por nossos meios: instrumentos, linguagem, conceitos, signos. (Lefebvre, 1968, p. 26).

Eu parto da noção de práxis encontrada em Marx e como esclarece Henri Lefèvre acima. O que chamamos de “questão social”, no seu conceito mais ortodoxo e conhecido, que a delimita como “o conjunto dos problemas sociais, políticos e econômicos, oriundos das diversas contradições entre capital e trabalho”, já nos parece lugar-comum. Não vemos este conceito sendo pensado de forma estratégica nos atendimentos hospitalares, balcões de atendimento da previdência social, organizações não-governamentais, etc; nem veremos, porque “conceitos” não funcionam no mundo material. O mundo das idéias há muito tempo entre os gregos foi separado do prático, e este divórcio inconseqüente lastreia a forma de pensar e agir das pessoas ainda neste século; a esperança que nutre tal ingenuidade nas pessoas apenas serve para justificar sua inação, sua apatia, suas conversões à ordem — o Serviço Social não é exceção. De outro modo, o que é isso que nomeamos o objeto do Serviço Social? Por conseguinte, “questão social” — hilário, até as aspas parecem querer a coisa apenas no discurso — não é uma concepção unívoca dentro do Serviço Social, e desde sua gênese no seio da conjuntura histórica do tardio capitalismo brasileiro, sabemos que o Serviço Social nasce de demandas substancialmente opostas ao seu nomeado objeto na contemporaneidade.

Enquanto no Brasil que sofria uma série de problemas no seu processo de industrialização tardio, e “pelo alto” a partir de meados da década de 1930, os primeiros dispositivos envolvendo proteções e direitos sociais surgem de embates e acordos políticos demandados pelos trabalhadores, que começam a crescer e aparecer no cenário político —

embora não como sujeitos históricos, talvez como atores, pois os únicos sujeitos da própria história são as classes dominantes — o trabalhador segue alienado, como objeto, nas massas; ao contrário, o Serviço Social constrói-se historicamente para responder a uma demanda complexa das classes dominantes as quais era imprescindível administrar e reestruturar a conjuntura em nome do status quo à iminência ou instalação de qualquer crise: quando os trabalhadores não fazem a revolução, a burguesia executa a reestruturação, numa palavra a história moderna do Brasil.

Ainda no solo real da história, estruturalmente a modernização conservadora brasileira na mesma razão que gradualmente nutre sua capacidade de produzir riqueza, consolidando o mercado e a acumulação como eixos da organização das relações sociais de produção, simultaneamente e contraditoriamente — menos ao que chamamos de capitalismo —, agrava expressões como a pobreza, a desigualdade social, etc., precarizando as condições sociais de existência da classe trabalhadora e outros segmentos subalternos — problemas que seguem crescendo na marcha da acumulação capitalista contra a maioria dos seres vivos sejam homens, mulheres, crianças, animais, plantas e até mesmo o planeta.

Em outras palavras, no seu processo de acumulação, o capital — como observou cientificamente Marx na sua Lei Geral da Acumulação Capitalista (*O Capital*, Livro I, volume II, 1985, p. 712), o que nos deixa desimpedidos para adequá-la às circunstâncias atuais validando-a ou não — sinaliza um crescimento no qual sua parte constante, cada vez depende menos da sua parte variável, isto é, a força de trabalho e tudo ligado à sua existência; cresce o conjunto daquilo que é excedente: pessoas, valores, relações humanas; uma reserva ecológica ou uma descoberta científica vitais para a humanidade são julgadas por princípios de rentabilidade capital. Isso demonstra que quando falamos em expressões da “questão social”, o que mais interessa são os processos estruturais que estão na sua composição. Para entendermos que não se trata simplesmente de uma desgraça recorrente do capitalismo, mas de um processo essencial na sua estrutura, indispensável para que ele exista como modo de produção e reprodução social.

Não devemos temer nem cessar de questionar: tem o Serviço Social, potencial ou capacidade efetiva, mesmo a partir de qualquer reformulação teórico-metodológica, para tratar ou enfrentar problemas de economia política, tendo ele nascido no seio das necessidades burguesas mais superficiais? Como profissão, ele existe para se afirmar entre as instituições da ordem social vigente, e tal afirmação em nenhum momento significaria mudar essa ordem. Portanto, é um contra-senso o Serviço Social pretender o enfrentamento da “questão social”; ao contrário, ele garante a reprodução de relações sociais que se nutrem da mesma. Ademais, temos uma profissão com uma teoria política ingênua na sua consciência, e uma atuação cooptada na sua prática. Parafraseando Marx, nada pior do que essa ingenuidade de querer fazer parecer científico o *lócus communis* — o senso comum: tentativa apedreuta, leitura ingênua da realidade e desprovida de noções históricas e dialéticas, essa incipiente proposição delira num Serviço Social do enfrentamento de expressões diretamente estruturais do modo de

produção capitalista, como as expressões da denominada “questão social”. Serviço Social Revolucionário? Seria cômico se não fosse trágico — perdoe o jargão, mas é no mínimo um delírio.

Não se trata meramente de uma dificuldade teórica, numa concepção isolada da prática, está além, na superação desta separação (entre teoria e prática) tão equivocada quanto a sua idade. Sobretudo, temos diante de nós um desafio que emerge da realidade, da sua leitura crítica por “sentidos tornados teóricos” — capazes de sistematizar os problemas materiais —, como também da história da organização da vida social pelos seres humanos, no solo real da história, e de acordo com as relações que eles desenvolveram. Eis o terreno das mediações e a necessidade de uma práxis. Vale salientar, parafraseando Mário de Andrade, observando que as pessoas não pensam as coisas, mas apenas os nomes. É inexorável que o Serviço Social tem na causa das suas diversas dificuldades teórico-metodológicas e profissionais uma origem em comum: a contradição de sua própria existência em relação à necessidade de combate e superação do seu recente pretenso objeto. Essa mesma contradição impõe consequentemente obstáculos ao Serviço Social para questionar-se socialmente, angustiando-o diante de qualquer alternativa estratégica crítica, e relegando-lhe ao insípiente questionamento metodológico ilhado da realidade social.

Por outro lado, sua vereda rumo à almejada legitimação dentro do quadro da divisão sócio-técnica do trabalho, obviamente, aparece como condição e consequência de uma profissão que se vê ameaçada fora desse quadro da própria divisão do trabalho. A recente onda de terceirização dos serviços sociais (leia-se: terceiro setor), representa concretamente uma “desprofissionalização” do Serviço Social tornando-o redundante quando os próprios direitos sociais são transformados em serviços terceirizados num âmbito não-estatal, ou quando não raro, são comercializados na forma de mercadoria. Ou seja, são discutidos direitos para todos; mas efetivados benefícios para pobres e miseráveis; e mercadorias sociais são oferecidas para quem pode pagar. E para isso as dinâmicas societárias prescindem do Serviço Social, a não ser por conta de disposições jurídicas, o que não é o caso discutirmos agora.

Não é a “questão social” em si que pede por mudanças estruturais, nem muito menos aqueles que são vitimados por suas expressões virulentas; note, é a apreensão da sua realidade por meio de uma reflexão crítica e dialética, sem ilusões, que desvela a necessidade de mudanças por meio de uma práxis social como condição imprescindível para o seu enfrentamento. Entretanto, isso é outra coisa, qualquer coisa menos Serviço Social tal como o conhecemos até a contemporaneidade. O Serviço Social apresenta-se como uma espécie de logística da força de trabalho (termo meu), funcionando como parte da engrenagem da sociedade de mercado. Adéqua, media e faz a interlocução dentro das relações sociais de produção nas suas diversas formas, e nunca integralmente a favor dos interesses dos trabalhadores; ao contrário, sempre a favor dos interesses da ordem, o que é facilmente verificável empiricamente. Perdoe se parecer truismo, pois não raro é preciso dizer o óbvio diante de tanta insistência na ignorância: mesmo quando o Serviço Social aparentemente

favorece os trabalhadores ou as classes subalternas, o faz dentro da ordem e sob a ordem do capital, afastando a desordem e qualquer ameaça de entropia ao sistema na dimensão das suas relações sociais. Por um lado, quando ele atua no âmbito estatal instrumentalizando as políticas públicas, os programas sociais do Estado, etc., atua parcialmente com o trabalhador — consequentemente representando os interesses burgueses, dado que lida com o usuário que nem sempre ocupa um posto de trabalho no processo de produção e circulação de mercadorias; articulando as demandas recebidas com políticas compensatórias, sem atingir um modo de intervenção baseado na efetivação de direitos sociais. Por outro, podemos identificar aqueles casos em que é solicitado para demandas oriundas no âmbito privado — diretamente burguesas — tetê-à-tête com o(a) trabalhador(a), no âmbito privado do processo de produção e/ou de circulação de mercadorias, sem fazer parte dele, como um(a) não-trabalhador(a) — no sentido estrito — operando a manutenção logística da força de trabalho por meio de atividades não produtivas relacionadas com o processo de produção. Tais relações, sua totalidade de significações, suas singularidades compõem objeto profissional do Serviço Social, pois com elas é que se depara, desafiando-lhe em dar respostas proficientes; quando não raro ainda predomina a reprodução generalizada de práticas conservadoras inócuas e profissionalmente apáticas que contribuem para corroborar um estereótipo do profissional redundante e prescindível até mesmo às relações sociais em modelos industriais mais tradicionais — preocupação concreta que deveria assumir o Serviço Social no contexto iminente da terceirização no trato dos problemas sociais; assim como na substituição do seu posto de trabalho por outro profissional que incorporou aquelas funções que deveriam ser do Assistente Social. Desse modo, a “questão social” não passa de objeto de estudo para nossos pesquisadores e estudantes; nossas preocupações continuam convergindo com as necessidades burguesas, não há como romper integralmente com elas; podemos por meio de veredas abruptas e sinuosas, reformá-las superficialmente ou atenuar as formas explícitas de injustiça social. Todavia, sempre nos limites da ordem burguesa; além disso, significa transformação social, o que concretamente não se consegue com Serviço Social.

O Serviço Social que conhecemos “conceitua” uma questão para seu objeto social, porém não dispõe socialmente de uma força material — de uma práxis social, nem sei por que deveria — para enfrentá-la. Seus instrumentos ditos críticos não superam os limites dos campos ídeo-político, acadêmico ou das meras teorizações.

Em suma, nossos desafios habitam primeiramente a estrutura da nossa profissão e isso requer compreendê-la criticamente e historicamente livre de tolas abstrações idealistas. É preciso extrair concepções críticas da realidade social, sistematizar teorias a partir do real configurando a reabilitação da práxis. Reconhecer o Serviço Social nas suas relações históricas e inserido-o na totalidade das relações sociais: mudá-las? Como? Reconceituando ou parando de conceituar? Há tempos, a quem serve conceitos e idéias flutuando como sonhos de uma multidão de corpos em sono profundo? A pura reflexão é tarefa dos filósofos, e sobretudo, daqueles embalsamadores de idéias, entre os quais, historicamente, o último

representante e único digno de citação é Hegel. “Elevar-se sobre o mundo pela reflexão pura, em realidade, é permanecer prisioneiros da pura reflexão” — diz Lefèvre. Aos Assistentes Sociais “enfrentadores da questão social” é preciso superar esse dogmatismo sistematizado de uma visão idealista para em seguida rejeitar tal alienação. Não se trata meramente de uma tomada de posição materialista, mas ao contrário, trata-se de assumir um caráter prático para a profissão, no sentido de superação entre teoria e prática, entre materialismo e idealismo; buscar construtos na realidade por meio de um caminho que nos conduza à uma práxis, descortinando a riqueza do sensível, como diz Lefèvre. São as relações entre os seres vivos e humanos que compõem esse mundo sensível reconhecido, redescoberto, revelado por meio da crítica histórico-dialética. “Nossos sentidos tornam-se teóricos, como diz Marx, e o imediato revela as mediações que envolve”, esclarece Lefèvre. Nosso desafio é clarificado inexoravelmente na obra de Marx e de alguns poucos estudiosos do seu pensamento, como Henri Lefèvre, que não por acaso teve pouquíssimos imitadores. São as relações sociais o terreno onde brotou o Serviço Social, e é nele que ele poderá se encontrar; desvelar, reconhecer e redescobrir sua complexa realidade rumo à crítica da sociedade para uma atuação profissional comprometida com essa crítica, de maneira sóbria, lastreada cientificamente, superando o dogma da “questão social” na sua perscrutação esmerada, e começando a enxergar “os cimos luminosos” da verdade também como o concreto, histórico e sensível, reabilitado, desmistificado: dar a conhecer uma verdade social. Como dizia Marx, parar de ver as coisas de cabeça para baixo, e entender o mundo no qual está inserido, o mundo do modo de produção capitalista, de seu sistema sociometabólico, suas relações sociais, e da “questão social”. Para isso, é imprescindível investigar criticamente o modo de produção capitalista. Entretanto, sem delirar teoricamente; mas mantendo-se no solo real da história e reconhecendo que o enfrentamento da “questão social” só aparece como uma necessidade da sua crítica nascida na crítica do próprio capitalismo. Reconhecer que esse enfrentamento só se realiza numa práxis social revolucionária, de transformação social. O Serviço Social não é práxis revolucionária, simples: ele nasceu e atua no seio das relações sociais, nelas está o que para alguns permanece um mistério, o fato de que são as relações sociais que devem ser reconhecidas como seu objeto para que ele supere crítica e dialeticamente a proibição explícita de se questionar socialmente — ou seja, de se auto-questionar para não continuar definindo no auto-desconhecimento; a angústia que ele mesmo cria para si e depois se aliena — exteriorizando seu próprio sujeito, como afirmou Hegel —, tomando-a posteriormente como algo real com vida própria, autônoma; lutando fantasiosamente contra uma fantasmagoria criada por ele mesmo; acreditando, nessa fantasia, combater algo real como a “questão social”, que só se pode enfrentar transformando o que está na estrutura do sistema capitalista, com atuação profissional, ou seja, algo que por sua composição não poderá jamais infligir transformações na estrutura da organização sociometabólica do capital.

Com efeito, antes de ser outra consciência para o sujeito consciente, o outro ser vivo e humano é, antes de tudo, objeto. E é como objeto sensível que ele entra nas relações sociais mais ou menos ricas e complexas, que o revelam como ‘sujeito’, permitindo-lhe exercer seu poder subjetivo: atividade, reflexão, desejos. (Lefebvre, 1968, p. 27).

É preciso — sem temer as palavras, certamente continuaremos errando e acertando: postura científica — tornar nossos sentidos como meios para uma práxis capaz de extrair criticamente a substância sensível do real refletida em nossas consciências, viabilizando a composição de instrumentos teórico-metodológicos menos apáticos. Para isso, é necessário conceber o mundo em que estamos como um conjunto de processos em ininterrupta transformação, e não como coisas acabadas passíveis de “conceitos”. Até agora viemos pensando as idéias e formulando idéias sobre idéias; numa virada descobrimos que podemos pensar diretamente o real, reconhecendo-nos como parte dele juntamente com nossas idéias, concebidas não mais exteriorizando nossa condição de sujeito e levando à alienação, mas assumindo conscientemente nossas sistematizações como probabilidades, como circunstanciais e dinâmicas, constantes de história, cultura, política e outros determinantes. Noutras palavras, não existe um conceito de “questão social”, a mesma, como categoria nascida do real, segue mergulhada na complexidade de suas divergências; alguns se alienam a favor ou contra o sistema. O Serviço Social não dará conta nem de compreendê-la se permanecer em exíguas e ingênuas oscilações políticas entre a “ortodoxia” e o “ecletismo”. A quem enxergar, faz-se necessário um debate pluralista e que permita a construção de uma consciência profissional, capaz de conceber o que significa ser uma profissão e o que isso implica histórico e politicamente.

BIBLIOGRAFIA

BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário do Pensamento Marxista*. [tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães]. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 397.

LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Tradução de Carlos Roberto Alves Dias. Primeira edição brasileira: outubro de 1968 – Rio de Janeiro - São Paulo : Forense, 1968.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. IN: *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. Disponível em: www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/sumario.htm

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*. 7 ed. – São Paulo : Cortez, 2004, p. 17-32.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6 ed. – São Paulo : Cortez, 2003, p. 201-249.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico*. 6^a ed. – 7^a. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006, p. 130-134.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: A oposição entre as cosmovisões idealista e materialista*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004. (*Título original: die Deutsche Ideologie*).

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro, volume II: O Processo de Produção do Capital. 10^a ed. – Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Editora DIFEL, 1985.

SARTRE, Jean Paul. *Crítica da Razão Dialética: precedido por Questões de Método*. Texto estabelecido e anotado por Arlette Elkaïm Sartre; tradução de Guilerme João de Freitas Teixeira; apresentação da edição brasileira, Gerd Bornheim. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.